

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.775 - SP (2019/0085758-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **IGOR ALEXANDRE GARCIA**
ADVOGADO : **MAURÍCIO ULIAN DE VICENTE - SP150230**
EMBARGADO : **VITAL JOSE SOARES**
EMBARGADO : **CLEIDE APARECIDA BONFIM SOARES**
EMBARGADO : **DENIS ROGERIO SOARES**
ADVOGADO : **ADEMIR DIZERO - SP061976**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por IGOR ALEXANDRE GARCIA contra a decisão (fls. 394/395 e-STJ) que não conheceu do recurso especial, em virtude da aplicação da Súmula nº 284/STF e por ausência de similitude fática entre os julgados confrontados.

O embargante aduz, em síntese, que, ao admitir o recurso, o tribunal de origem entendeu pela comprovação da divergência, em razão da similitude fática entre os julgados.

Assim, não há falar em incidência do óbice da Súmula nº 284/STF, pois o que se pretende é que se reconheça a dissidência interpretativa no que diz respeito à possibilidade da penhora de 30% (trinta por cento) dos rendimentos da aposentadoria do executado.

Devidamente intimada, a parte embargada não ofereceu impugnação (fl. 404 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Os presentes embargos não merecem prosperar.

As questões suscitadas não constituem contradição, omissão, obscuridade ou erro material, mas mero inconformismo com os fundamentos adotados pela decisão embargada, o que inviabiliza o seu exame no atual momento processual.

Consoante o disposto no art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração somente são cabíveis para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar o juiz, de ofício ou a requerimento, incluindo-se as condutas descritas no artigo 489, § 1º, do CPC/2015, que configurariam a carência de fundamentação válida, e (c) corrigir o erro material.

Anota-se que o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico, ou seja, *"a decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque*

Superior Tribunal de Justiça

competete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (EDcl no AREsp 289.109/MG, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 21/5/2014).

Assim, negou-se provimento ao recurso especial porque a deficiência na fundamentação recursal restou caracterizada, pois, não sendo notória, o recurso fundamentado na divergência jurisprudencial não dispensa a indicação do dispositivo legal que supostamente teria sido malferido. Na hipótese, aplicou-se o óbice da Súmula nº 284/STF.

Além disso, entendeu-se que, no caso, as peculiaridades da espécie - **ausência de demonstração de bens passíveis de garantir a execução e o pagamento parcial do débito** - afastam a semelhança entre os julgados postos em confronto, ou seja, o dissídio não restou comprovado.

Na verdade, o embargante deseja rediscutir a matéria julgada de maneira inequívoca, além de afirmar a existência de omissão e obscuridade no julgado sem comprovar suas alegações.

Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade, eliminar a contradição ou corrigir algum erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator